

**“KIT GAY” E OS PROBLEMAS DA “PÓS-VERDADE”:  
PERSEGUINDO RESPOSTAS CRÍTICAS**

**João Gabriel Maracci<sup>1</sup>**

**Paula Sandrine Machado<sup>2</sup>**

Dedicamos este artigo ao professor Carlos Baum, como agradecimento ao estímulo e às instigantes provocações que dedicou ao projeto de pesquisa que originou as reflexões abordadas aqui.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo deriva de uma pesquisa realizada entre os anos de 2017 e 2019, tratando-se de um mapeamento de controvérsias para a polêmica do “kit gay”. Tal significante circula na política brasileira há cerca de 10 anos, consolidando-se como um elemento de disputa entre narrativas distintas. Se sintetizarmos tais narrativas em um modo simplificado, podemos concluir que elas se dividem, por um lado, nas que o afirmam como uma verdade absoluta e, por outro, nas que negam enfaticamente sua veracidade, considerando-o uma mentira ou falácia. Constitui-se, assim, o terreno próprio de uma controvérsia. Como afirma Venturini (2009):

---

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). <http://lattes.cnpq.br/3088714094792374>. <https://orcid.org/0000-0003-4693-5074>. [jmaraccicardoso@gmail.com](mailto:jmaraccicardoso@gmail.com). Endereço para correspondência: Não informado. Telefone: Não informado.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil). Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://lattes.cnpq.br/4113327441291226>. <https://orcid.org/0000-0002-2375-9461>. [machadops@gmail.com](mailto:machadops@gmail.com).



[...] *controvérsias são situações em que os atores discordam* (ou melhor, concordam em sua discordância). A noção de desacordo deve ser entendida no sentido mais amplo: as controvérsias começam quando os atores descobrem que não podem se ignorar e as controvérsias terminam quando os atores conseguem chegar a um acordo sólido para viver juntos. Qualquer coisa entre esses dois extremos pode ser chamada de controvérsia<sup>3</sup> (2009, p. 4, grifo do autor, tradução nossa).

Tal desacordo foi assumindo lugares de destaque na política brasileira recente, acompanhando debates sobre temas como o uso de materiais pedagógicos em escolas, o estatuto de pureza da infância, as eleições presidenciais e até mesmo as próprias noções de verdade e realidade. Como apontaremos a seguir, os movimentos críticos a respeito do chamado "kit gay" centralizaram-se na tentativa de apaziguar a controvérsia, buscando resolver o desacordo constitutivo de tal significante, de modo a considerá-lo, somente, uma verdade ou uma mentira.

Queremos, com este texto, apontar um caminho diferente. Ao invés de solucionar o desacordo, buscamos nos inserir nas redes performativas da controvérsia, acompanhando os modos como ela se torna, efetivamente, uma verdade ou uma mentira no jogo político brasileiro da última década. Ao invés de neutralizar a controvérsia, queremos produzir conhecimento a partir do seu caráter controverso. Ao invés de solucionar o problema, assumimos o próprio problema como forma de pensar e investigar.

Essa é a premissa do presente artigo e, para desenvolvê-la, iniciaremos a discussão contextualizando as disputas em torno da ideia de verdade que circulam entre meios acadêmicos, jornalísticos e midiáticos, centralizados sobretudo na ideia de "pós-verdade". Em seguida, apresentamos, com os dados

---

<sup>3</sup> [...] *controversies are situations where actors disagree* (or better, agree on their disagreement). The notion of disagreement is to be taken in the widest sense: controversies begin when actors discover that they cannot ignore each other and controversies end when actors manage to work out a solid compromise to live together. Anything between these two extremes can be called a controversy (Venturini, 2009, p. 4).

da pesquisa, o modo como a negação prematura de uma veracidade para o "kit gay" foi utilizada na própria efetivação deste significativo enquanto verdadeiro, a partir de dois núdulos específicos da querela. Enfatizamos que o êxito político dessa controvérsia pode ser explicado por sua força articulatória, que nomeamos aqui como práticas de coordenação (Mol, 2002). Por fim, apresentamos a importância de propostas teórico-metodológicas empenhadas em produzir conhecimento a partir da complexidade dos objetos - e não de sua recusa ou simplificação - para compreender disputas políticas tais quais o "kit gay".

### **PERSEGUINDO O "KIT GAY"**

Para apreendermos as controvérsias em torno do "kit gay", este empreendimento metodológico utilizou-se da aproximação etnográfica em redes virtuais de performance da controvérsia - tais como *sites*, *blogs*, canais do *Youtube* -, a fim de compreender como, e a partir de quais engendramentos tecnológicos e políticos, o tal objeto se desenvolveu enquanto querela pública brasileira desde seu aparecimento, em 2011 (com as críticas recebidas pelo programa Escola sem Homofobia), até a eleição presidencial de 2018 (quando era constantemente acionado como elemento da campanha vitoriosa à Presidência da República).

O movimento metodológico consistiu na inserção, acompanhamento e descrição das redes em que tal significativo foi disputado - seja pela via afirmativa, seja pela contestação de sua veracidade, posto que reconhecemos ambos os pólos de entendimento como constituintes da controvérsia. Perseguindo o termo "kit gay" em materiais *online*, registramos nossos movimentos em canais de busca, bem como o trânsito entre um portal e outro, a partir de um procedimento baseado nos Estudos da Ciência e Tecnologia (ECT) - inspirado sobretudo na filosofia empírica de Annemarie Mol e sua conceituação de multiplicidade ontológica (2002; 2007).

Para essa autora, a ideia de ontologia é dinamizada pelo reconhecimento de seu caráter múltiplo, ou seja, o entendimento de que a própria realidade é performada – praticada – e em encontros específicos, assumindo graus contingentes de estabilidade. Tais ontologias são acessadas e disputadas através da apuração e inserção nas práticas que compõem realidades, em um caminho metodológico de cunho etnográfico que Mol nomeia “praxiografia”. Inspirados em sua proposta, podemos dizer que nosso mapeamento constituiu-se como uma “praxiografia virtual”, abrangendo 30 notícias, 14 colunas de opinião, sete vídeos no *Youtube*, três documentos de órgãos governamentais, três *tweets* e quatro materiais de outros tipos – somando 61 publicações percorridas.

Para começar essa análise, devemos retomar a polêmica iniciada ao final do ano de 2010, quando passou a circular midiaticamente a elaboração de cadernos educativos – dentre os quais constava um DVD com vídeos pedagógicos – acerca do combate ao preconceito e discriminação contra a diversidade sexual e de gênero em escolas brasileiras. Tal projeto fazia parte do programa Escola sem Homofobia, um desdobramento no Ministério da Educação (MEC) do programa interministerial Brasil sem Homofobia, elaborado na gestão de Lula, em 2004. O material havia sido construído por ONGs a partir de uma emenda parlamentar, que teve parte de seu financiamento incorporada ao orçamento do ministério<sup>4</sup>.

Os livros e vídeos didáticos, apresentados ao final de 2010 no Congresso Nacional, eram inicialmente chamados de “kit anti homofobia”, mas, desde a apresentação, deputados da chamada bancada evangélica se mobilizaram contra a sua divulgação, utilizando como vetor de crítica a fatídica rotulação pejorativa. Assim, ao emergir na cena pública, materiais didáticos do Escola sem Homofobia,

---

<sup>4</sup> Acompanhando a controvérsia, fez-se notável a relação de ambivalência acerca da proximidade do “kit anti-homofobia” com o Ministério da Educação. Em alguns veículos, dizia-se que o primeiro seria uma ação financiada e efetivada pelo segundo. Em outros, destacava-se mais a participação das ONGs na confecção do material. Nesse sentido, é notável que, após a polêmica do ano de 2011, a resposta institucional do ministério foi de separar suas funções da elaboração dos cadernos e vídeos. O então ministro Fernando Haddad, por exemplo, quando confrontado com críticas de opositores, associou a confecção do material exclusivamente às ONGs, eximindo qualquer responsabilidade do Ministério. Para uma análise mais detalhada sobre essa problemática, ver Maracci (2019).

o prematuro "kit anti-homofobia", já eram rebatizados de "kit gay". E é com esse nome que ele se torna um operador político (Oliveira Júnior & Maio, 2015; 2017).

No entanto, a pesquisa permitiu-nos concluir que tal rótulo estigmatizante, ao longo dos anos, dissociou-se de seu projeto de origem, mantendo, na cena política, uma relação de aproximação e afastamento contingente entre ambos. Foi comum, em meios críticos à veracidade da controvérsia – ou seja, que apontavam a sua falsidade constituinte – a consideração de que o primeiro nada mais era do que uma deturpação falaciosa para o segundo. Nesse sentido, "kit gay" seria apenas uma mentira, um nome falacioso pelo qual o projeto real – e, portanto, verdadeiro – assumiu, através da ação de seus detratores, uma imagem negativa na cena política do país, gerando a querela que levou ao veto na distribuição dos cadernos e vídeos, ainda no ano de 2011, pela presidente Dilma Rousseff<sup>5</sup>.

Nas redes em que sua veracidade era afirmada, por outro lado, acompanhamos um movimento distinto: a relação entre os dois entes, "kit gay" e Escola sem Homofobia, era apresentada de modo contingente e maleável. Tomando como exemplo o início da polêmica, podemos apontar dois pronunciamentos de Jair Bolsonaro, proferidos em diferentes momentos de 2011, que explicitam tal paradoxo. No primeiro deles, em janeiro, o então parlamentar critica abertamente os cadernos e vídeos referentes ao Escola sem Homofobia, utilizando a nomenclatura "kit gay" como, de fato, um apelido pejorativo para o mesmo. Em suas palavras: "este ano está sendo distribuindo um 'kit gay' que estimula o

---

<sup>5</sup> Podemos considerar que, a partir desse momento, já há uma tentativa de eliminação da controvérsia, partindo inicialmente do Governo Federal, ao assumir, na mesma direção de seus críticos, que o material de fato se tratava da imposição da homossexualidade em escolas. Dilma Rousseff, por exemplo, em entrevista para jornalistas, afirmou haver cancelado o material porque não era papel do governo "fazer propaganda de opções sexuais" (Oliveira Júnior & Maio, 2017). Esses autores consideram que o veto de Rousseff abriu caminho para a chamada "cultura do desagendamento" nas políticas sociais, sobretudo relacionadas a questões como gênero, sexualidade e raça. Na argumentação defendida na pesquisa a que se refere o presente artigo, demonstramos como tal "cultura do desagendamento" teve importância na emergência pública e acréscimo de popularidade para figuras conservadoras, abertamente antifeministas e homofóbicas (Maracci, 2019). Para uma análise concisa sobre as ambivalências dos governos petistas acerca da diversidade em políticas educacionais, ver também Carreira (2015).

homossexualismo e a promiscuidade. Temos de trazer esse tema aqui para dentro (...) e não deixar que o governo leve esse tema para a garotada"<sup>6</sup>.

Contudo, em julho do mesmo ano, dois meses após o veto presidencial aos cadernos e vídeos, o deputado pronunciou-se novamente, agora a respeito da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que seria realizada em Brasília naquele dezembro. Em sua crítica, Bolsonaro cita alguns itens que constavam no programa da conferência, e, a respeito da discussão sobre homofobia em obras infantis, afirma: "Se não tiver dois homens ou duas mulheres como casal, é tido como homofóbico. Tá aí o Kit Gay 2"<sup>7</sup>. Assim, percebemos a maleabilidade semântica que conecta e, ao mesmo tempo, afasta ambos os significantes: o termo "kit gay" permanece na referência a um evento sem qualquer relação ao programa Escola sem Homofobia, enunciado agora pelo número "2". Dessa forma, efetua-se uma separação discursiva entre o "kit gay" e o Escola sem Homofobia, dado que "kit gay" passa a delimitar situações não mais referentes ao projeto relacionado ao MEC.

Tal composição paradoxal toma maior abrangência em 2014, no cenário das votações sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Frente a uma emenda incorporada ao longo da tramitação do PL, que se referia à "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual", deputados de orientação conservadora mobilizaram-se para sua retirada, argumentando se tratar de uma imposição da "ideologia de gênero" em terreno brasileiro – posição que terminou vitoriosa na votação. A versão final foi alterada para uma menção genérica, sugerindo "a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na

---

<sup>6</sup> *Link* para publicação: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/02/bolsonaro-critica-kit-gay-e-diz-querer-mudar-alguma-coisa-na-camara.html>

<sup>7</sup> *Link* para publicação: <https://www.youtube.com/watch?v=AVGtI2n69XM>

promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”<sup>8</sup> (Rosado-Nunez, 2015, p. 1241). Durante o pleito, Jair Bolsonaro sustentou seu argumento da seguinte forma: “esse é o kit gay que Dilma Rousseff disse que tinha recolhido, mas que está saindo do armário”<sup>9</sup>.

Podemos notar com a referida frase o alargamento da ideia de “kit gay” como uma referência a conteúdos gerais que abordam a sexualidade e o gênero no campo da Educação. O projeto, para o deputado, colocava-se em relação de continuidade ao material renunciado por Rousseff três anos antes – mas que, em seu discurso, parece ter ficado “escondido” sob a metáfora do armário, ou seja, pronto para sair e reaparecer a qualquer momento. Nesse sentido, a ampla gama de conteúdos que o “kit gay” passa a significar, para além do Escola sem Homofobia, estabelece, ao mesmo tempo, uma relação de contiguidade com ele, à medida que nunca é totalmente superado. Sempre há o perigo de sua retomada, e sua conseqüente “retirada do armário”.

Por essa via, não poderíamos assumir que o projeto abandonado funciona simplesmente como uma “verdade” para o “kit gay”, à medida que esse é constantemente superado em suas vias de performance. No entanto, é notável que tal superação nunca se dá por completo, de modo que o material relacionado ao MEC continue figurando como ponto de realidade externo à controvérsia ao longo de suas transformações. Esse ponto de referência é perfeitamente descrito por Bolsonaro na votação, conotando algo escondido atrás das portas de um armário, que pode sempre voltar a aparecer – o que nos leva a concluir que é na eterna possibilidade de retorno para o fantasma do Escola sem Homofobia que reside a força retórica do “kit gay”.

---

<sup>8</sup> Para uma consistente análise sobre a intervenção da hierarquia católica na modificação do documento, ver Rosado-Nunez (2015).

<sup>9</sup> *Link* para publicação: <https://jornalggn.com.br/congresso/para-conservadores-ideologia-de-genero-e-marxista-e-nao-entra-no-plano-de-educacao/>

Se a verdade da controvérsia constituiu-se nesse complexo arranjo contingente e maleável, retomemos às posições críticas previamente citadas: "kit gay", pelos atores que o afirmam como falácia, não seria mais que uma rotulação pejorativa e estigmatizante para o projeto real, cujo abandono e o fato de que jamais fora efetivado atestaria seu caráter de "mentira" – ou, em manifestações mais recentes, como espécime da chamada "pós-verdade".

Porém, tal perspectiva reduz a densidade da controvérsia, deixando de lado os densos arranjos tecnológicos e políticos pelos quais ela assume um estatuto de verdade, constituindo-se como um inevitável fato político que, de formas mais ou menos aparentes, circula na cena pública do país há mais de oito anos. Além disso, acreditamos que tal simplificação e recusa da complexidade do objeto, nos meios que efetivaram sua crítica, contribuiu para a densificação das redes que o sustentam como verdade, conforme argumentaremos a seguir.

### **"KIT GAY" E "PÓS-VERDADE"**

No ano de 2018, sobretudo no contexto da corrida eleitoral, foram vastas as críticas à campanha de Jair Bolsonaro e sua mobilização do "kit gay" enquanto argumento central para a candidatura. Dentre essas, muitas acionaram a ideia de "pós-verdade" como ferramenta analítica para tal utilização, apontando que a ausência de veracidade nas afirmações do candidato, bem como sua ampla aceitação por diversos setores da população brasileira, indicaria um cenário onde a "verdade" perdera seus critérios de edificação. Podemos acompanhar tal raciocínio, por exemplo, no texto jornalístico "A eleição da pós verdade e o longo 28 de outubro", publicado no portal Jornalistas Livres (2018), ou mesmo no trabalho acadêmico "Fake News: Contra-ataque à pós-verdade", escrito por Lorena Alves (2018). Em ambos os materiais, "kit gay" é exposto como um espécime da crise contemporânea na ideia de verdade, materializada pela assunção da "pós-verdade" como espírito do nosso tempo.



Mas o que seria, afinal, a suposta "pós-verdade", que tantos referem como ilustração precisa para a relação que estabeleceríamos, neste século, com o próprio entendimento da realidade? Em primeiro lugar, é importante situar que tal termo entrou no debate público contemporâneo a partir da divulgação da "palavra do ano de 2016" pela página virtual do dicionário *Oxford*, situando como argumento central para tanto a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e o plebiscito do *Brexit*, que abriu caminho para a saída do Reino Unido da União Europeia. No texto, aponta-se que as campanhas mobilizadas na consolidação de ambos os acontecimentos, principalmente travadas em redes sociais como *Facebook*, pautaram-se não por "fatos", mas sim por "opiniões" sem necessárias conexões com a realidade - impulsionadas pelo compartilhamento em larga escala de *fake news* (Oxford English Dictionary, 2016).

Após a publicação, o termo percorreu longos caminhos, sendo ainda hoje recorrente em análises políticas, sobretudo acerca de controvérsias que envolvem a informação pela internet e redes virtuais de comunicação. Face à disseminação da "palavra do ano de 2016", revisamos três materiais que abordam tal nomenclatura e a assumem como perspectiva para a análise que empreendem do cenário contemporâneo de destituição de autoridade para a verdade, tendo se tornado leituras populares no Brasil ou no exterior. Trata-se dos livros *A Morte da Verdade* (Kakutani, 2018), *Historia Reciente de la Verdad* (Blatt, 2018) e *A Short History of Truth* (Baggini, 2017), os quais poderíamos enquadrar nas categorias "divulgação científica" ou "divulgação filosófica".

A partir de diferentes perspectivas, os três materiais compartilham o diagnóstico de que experimentamos, no século 21, o problema da perda dos critérios edificantes para a verdade, alinhando-se na mesma solução para o problema: a aposta irrestrita no fortalecimento de todas as instituições em aparente decadência. A retomada da "Verdade com V maiúsculo", da boa ciência contrária à má filosofia, dos fatos contra a interpretação. E assim a "pós-verdade", dita a partir de três autores e pontos de vista distintos, parece indicar como

denominador comum a ideia de que a verdade perdida seria justamente aquela "por trás" de qualquer interpretação, mediada pelos ideais de empirismo, objetividade, racionalismo. Nesse sentido, a verdade estabilizada - que se insurge como resposta ao quadro de crise socialmente experimentado - passa a ser aquela que se situa por trás de qualquer questionamento<sup>10</sup>.

Por essa via, nossa análise permite considerar que o surgimento da "pós-verdade" enquanto explicação para o mundo produz uma estabilidade para a ideia de verdade, que passa a ser entendida sob critérios idealizados de neutralidade e imparcialidade do observador. Ou seja: uma verdade tautológica que se basta na sua condição *a priori*, situando-se em um suposto exterior ao discurso, à técnica e à prática. Uma verdade desarticulada, que não permite manuseio ou sequer questionamento. A verdade das coisas em si mesmas contra a "pós-verdade". Assim, estabelecemos com ela apenas uma relação de perda: já tivemos a verdade, agora não a temos mais. E, pelo lugar impossível a que é destinada, perdemos a disputa por ausência.

Foi o movimento contrário que buscamos desenvolver no mapeamento de controvérsias sobre o "kit gay", tomando como base os Estudos da Ciência e Tecnologia e sua concepção de verdade operativa (Latour, 2012; 2016; Venturini, 2010). Os ECT podem ser tomados como um conjunto de teorias e saberes da filosofia, antropologia, sociologia, entre outras, que se associam na análise e observação das relações entre ciência, sociedade, tecnologia e política, enfocando que tais entidades não podem ser tomadas fora de sua articulação. Sob tais perspectivas, a verdade operativa emerge como uma resposta crítica aos ideais unificados e estabilizados para uma verdade pura e transcendental. Não estamos mais falando de uma verdade que reside no mundo anterior às técnicas e aos saberes, mas sim uma verdade que se constitui como tal a partir

---

<sup>10</sup> É interessante notar como algumas dessas leituras afirmam que autores relacionados ao chamado "pós-modernismo" teriam servido de prólogo para a condição "pós-verdadeira" do mundo contemporâneo - percepção com a qual não concordamos. Para uma maior discussão sobre esse problema, bem como uma análise mais extensa dos livros, ver Maracci (2019).

de um engendramento complexo entre atores de ordens diversas, sejam eles humanos ou não-humanos.

Sob tal entendimento, renunciamos a um ideal estável e planejado para a verdade, buscando, justamente nos cenários de maior instabilidade, percorrer as redes pelas quais se torna possível a emergência da "verdade" como critério de entendimento para determinada realidade. Para Latour (2016), a verdade operativa só existe mediante a uma ação: de perseguir as redes, comparar fontes, navegar nas disputas narrativas – em suma, mapear as controvérsias que enredam determinado objeto. É na direção desse rumo metodológico que buscamos analisar a polêmica do "kit gay", traçando, a partir de materiais que abordam o suposto perigo de distribuir materiais que promovem determinada orientação sexual para crianças em escolas, a rede na qual essas verdades se estabelecem.

Não pretendemos, com isso, sintetizar ou afirmar mais uma estabilidade para a polêmica; pelo contrário, buscamos nos ater à dimensão controversa do problema, assumindo a própria controvérsia como forma de produção de conhecimento. Ou seja: não buscamos apaziguar um suposto contexto de "crise" de sua veracidade, mas sim promover reflexões a partir dessa crise constitutiva da categoria verdade. Por tal razão, a condição de entrada nas suas redes de disputa e performance foi recusar a afirmativa prévia de que "kit gay" seria, *a priori*, uma mentira (ou *apenas* uma mentira), tal qual foi feito amplamente em meios de oposição à sua força retórica, política e mobilizatória.

Com essa perspectiva, de que forma poderíamos avaliar os posicionamentos de crítica a respeito do "kit gay", acionados ao longo dos oito anos em que tal objeto operou como mobilizador de pautas políticas e eleitorais? Como demonstraremos a seguir, o mapeamento nos permitiu concluir que reduzi-lo a uma mentira ou a um espécime da "pós-verdade" pouco ou em nada alterou as redes pelas quais ele se tornou, politicamente, verdadeiro. Por essa via, apontamos que a solução

trazida pelos termos da "pós-verdade" nos coloca em um panorama de pouca atuação possível na crítica e contestação dessa polêmica, dado que, frente a diversas afirmações de que ela se tratava apenas de uma falácia, ela seguiu sendo produzida e afirmada, sobretudo no campo virtual, e adquirindo cada vez mais consistência e poder de persuasão. Poderíamos afirmar que o movimento da crítica contribuiu para essa dinâmica?

## CRÍTICAS E INCORPORAÇÕES

Para responder tal pergunta, tomemos como exemplo um nódulo específico dessa longa controvérsia, travado entre os anos de 2015 e 2016. Em janeiro daquele ano, a Revista Nova Escola, em parceria com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), divulgou em sua página virtual o *download* dos cadernos Escola sem Homofobia, vetados por Rousseff em 2011. Contando com uma breve introdução à história do material, a publicação informa as tensões entre o Governo Federal e o setor parlamentar contrário à sua implementação:

Em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o "kit gay" - como acabou pejorativamente conhecido - era responsável por "estimular o homossexualismo e a promiscuidade." O governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto<sup>11</sup>.

Podemos acompanhar, na publicação do periódico, um viés crítico tanto aos parlamentares que se opuseram ao Escola sem Homofobia quanto ao Governo Federal da época, que havia "cedido às pressões" nas vias de cancelar o projeto. Quanto à terminologia "kit gay", é notável que a Revista Nova Escola argumenta tratar-se de um termo pejorativo, utilizado para deteriorar o programa verdadeiro

---

<sup>11</sup> *Link* para publicação: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

por ela defendido. Nesse sentido, retoma-se o mesmo argumento: afirmar o objeto como uma mentira, ou uma deturpação da realidade.

Dando ensejo a discussões sobre diversidade sexual e de gênero no campo educacional, a Revista Nova Escola divulga, paralelamente à disponibilização do *download*, sua edição de fevereiro, cuja capa contava com a frase: "Vamos falar sobre ele? Uma reflexão sobre sexualidade e gênero"<sup>12</sup>, acompanhando a imagem de um menino utilizando um vestido de princesa. O número abordava a importância de trabalhar as questões LGBT em escolas brasileiras, sobretudo em um viés afirmativo, de valorização das diferenças e efetivação dos direitos de crianças não heterossexuais ou cisgêneras.

Em janeiro do ano seguinte, Jair Bolsonaro publicou em sua página do *Facebook* um vídeo nomeado "LIVROS do PT ensinam SEXO para CRIANCINHAS nas ESCOLAS"<sup>13</sup>, denunciando os perigos do chamado "kit gay", tendo como base dois materiais diferentes. Em primeiro lugar, o livro *Aparelho Sexual e Cia*, referindo tratar-se de um "livro do PT", em referência direta ao programa abandonado em 2011. O segundo material elencado pelo então deputado, no entanto, torna-se um interessante elemento de análise para o modo como a crítica do "kit gay" passa, em um movimento paradoxal, a compor o seu próprio objeto de denúncia. No vídeo, após apresentar o livro, Bolsonaro aponta seu *tablet* para a câmera que o filma, onde se pode ver a referida capa da Revista Nova Escola divulgada no ano anterior, anunciando que ela estaria disponível em escolas brasileiras. Em suas palavras:

O que o governo Dilma Rousseff PT faz? Compra centenas de milhares desses livros e distribui nas escolas. É uma grana para os companheiros e fica pervertendo seus filhos nas escolas. (...) É para pobre, para que não aprenda nada e no futuro seja apenas um beneficiário de bolsa

---

<sup>12</sup> *Link* para publicação: <https://novaescola.org.br/conteudo/1451/capa-de-nova-escola-sobre-genero-tem-repercussao-recorde>

<sup>13</sup> *Link* para publicação: <https://www.facebook.com/watch/?v=576132129202444>

família. (...) O que é mais importante? O cartão do bolsa família ou a dignidade do seu filho?

Por essa via, um material outrora apresentado como oposição ao governo é, na articulação contingente performada por Bolsonaro, promovido como comprovação do interesse do mesmo governo nas temáticas do gênero e da sexualidade. Assim, a Revista Nova Escola – que, em 2015, denunciava a desistência de Rousseff em relação a um material apelidado pejorativamente de “kit gay” – passa, em 2016, a ser entendida como parte do próprio “kit gay”, que ela afirmava não existir. Em relação a esse movimento, faz-se interessante acompanhar a repercussão da publicação de Bolsonaro nas mídias sociais da mesma revista. Em seu canal no *Youtube*, a Nova Escola divulgou um vídeo, dia 15 de janeiro, nomeado “NOVA ESCOLA checa discurso de Bolsonaro sobre ‘Kit Gay’”.<sup>14</sup> O material exhibe trechos da fala do então parlamentar, seguidos de textos na tela que exibem “correções” às informações por ele proferidas. Por exemplo, quando Bolsonaro diz “eu descobri o famigerado Kit Gay nas escolas”, surge na tela a frase: “O kit gay – nome dado pelos críticos – é, *na verdade*, o caderno ‘Escola sem Homofobia’” (grifo nosso).

Quanto à afirmação de que o livro *Aparelho Sexual e Cia* estava disponível em bibliotecas de escolas brasileiras, a revista contesta: “O livro citado nunca ‘chegou às escolas públicas’. O Ministério da Educação afirma que a obra não consta de nenhum programa de distribuição de material didático”. As correções seguem ao longo da fala do deputado: “O livro não é para crianças”, “A editora diz que o livro se destina a maiores de 11 anos”, entre outras. Por fim, no momento em que Bolsonaro apresenta a capa da revista no tablet, surge a correção mais extensa do vídeo:

Isto não é um livro. É a Revista Nova Escola. Nova Escola não é para alunos, é a maior publicação para professores do Brasil. Nova Escola não

---

<sup>14</sup> *Link* para publicação: <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU>

tem nenhum exemplar comprado pelo Governo Federal. Nova Escola não é "dos companheiros". É da Fundação Civita, ligada ao grupo Abril. A capa citada foi eleita a melhor de 2015 pela Associação Nacional dos Editores de Revistas. O menino que a ilustra está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino.

Entre seus 351 comentários, parecem disputar espaço manifestações de endosso ao conteúdo do vídeo e críticas ao mesmo, apoiando a fala de Jair Bolsonaro que havia sido "corrigida" na publicação. Muitos deles, inclusive, já anunciavam, em 2016, sua intenção de voto para a próxima eleição federal, na qual o deputado se candidataria a Presidente da República. É interessante notar que o ímpeto de verificação da revista não encerra ou estabiliza o "kit gay": vê-se, pelo contrário, a intensificação da controvérsia nas manifestações da audiência, principalmente em comentários contrários às correções da revista.

Dessa forma, compreendemos o processo de coordenação que a retórica do "kit gay" performa em relação ao Escola sem Homofobia. Se o Executivo recebia fortes críticas pelo abandono do programa, sobretudo por atores vinculados ao campo da esquerda, essas foram sofrendo reapropriações em sua forma de apresentação, de modo que a oposição a Dilma Rousseff pela renúncia do kit passasse a funcionar como elemento central do próprio kit. Ou seja: as denúncias de omissão ou abandono da temática LGBT pelo poder Executivo paradoxalmente efetivam no debate público uma comprovação de que esse mesmo governo estaria vinculado à defesa da diversidade sexual e de gênero.

Com o vídeo da revista Nova Escola, acompanhamos o campo de disputa pela inteligibilidade do "kit gay", marcada por uma resposta crítica e de oposição ao pronunciamento de Jair Bolsonaro. Para esse veículo, a controvérsia é assumida enquanto um nome pejorativo para os cadernos Escola sem Homofobia, de modo a afirmar que o "kit gay" seria, literalmente, uma mentira. No entanto, é notável que tal assunção carece de poder articulatório, à medida que a checagem e as correções proferidas pelo material são contestadas de forma veemente na caixa

de comentários. Em inúmeras manifestações, o ímpeto de verificação é apontado como mentiroso, e a afirmação de que "não existe 'kit gay'" passa, novamente, a ser inferida como parte do próprio "kit gay".

No decorrer da pesquisa, percebemos que esse procedimento ocorre de modo similar também em outras situações. Por exemplo, acerca da atuação do deputado Jean Wyllys e com os seminários realizados no Congresso Nacional em 2011 e 2012, nos quais constam manifestações de acadêmicos e militantes contrários à decisão de Rousseff em vetar os cadernos Escola sem Homofobia. Todos esses são, logo em seguida, reposicionados discursivamente no campo político como atores do "kit gay", mesmo tendo como referência ações e pronunciamentos que se opunham às deliberações do Governo Federal. Desse modo, o significante vai ampliando os elementos que pode contemplar, consolidando-se como verdade em suas redes de performance, posto que até mesmo as críticas ao cancelamento do programa são transformadas em comprovações da existência e permanência do "kit gay".

O movimento de incorporação das críticas parece efetivar um crescimento substantivo da força da controvérsia, sobretudo quando entendida em seu caráter de pânico moral (Miskolci & Campana, 2017; Junqueira, 2018). Esse conceito indica a situação na qual uma pessoa ou grupo passa a ser produzido e entendido de forma coletiva como uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade, sobretudo a partir de estereótipos e ridicularizações. O procedimento abriria espaço a uma "resposta" social, fundada especialmente nos sentimentos de medo e perigo, servindo de substrato para ações reativas e hostis contrárias aos sujeitos demarcados por esses signos de inteligibilidade.

Se a ideia de pânico moral pressupõe a mobilização de sentimentos de medo e perigo contra determinado objeto de denúncia, é notável que a amplificação comprobatória do "kit gay" mediada pela fagocitose de uma oposição amplia o seu campo de ameaça, tornando-se, cada vez mais, um perigo contra o qual



determinados agentes políticos manifestam sua repulsa. Ou seja: quanto mais se articulavam alguns atores na afirmação do caráter falso ou mentiroso da polêmica, mais esses eram coordenados na delimitação da própria polêmica, intensificando conseqüentemente o seu rechaço público e as mobilizações reativas.

## **PARA ALÉM DA VERDADE OU MENTIRA**

Com esse panorama, percebemos que a mobilização de critérios “verídicos” para definir o que é ou não o “kit gay” foi central na crítica afirmada por atores que se opunham às agremiações políticas desenvolvidas a partir desse significante. No entanto, também podemos notar que o investimento em nomeá-lo como mentira informa muito pouco sobre a complexidade da controvérsia em seus oito anos acompanhados pela investigação. Vimos que o ímpeto de veridicção imposto ao “apelido pejorativo de um projeto real” teve consideravelmente menos força retórica e persuasiva em suas redes performativas, de modo a ser constantemente rejeitado até mesmo nas caixas de comentários dos portais em que se afirmava a falsidade do significante.

Consideramos, contudo, que esse movimento não indica, simplesmente, uma recusa de critérios objetivos para a verdade – raciocínio que poderia ser amparado pela ideia de “pós-verdade” – mas sim um modo mais complexo de performance para a própria ideia de verdade. Para ilustrar esse ponto, retomemos outro eixo da controvérsia, dessa vez referente ao contexto eleitoral em 2018. Em uma entrevista ao *Jornal Nacional*, Jair Bolsonaro, então candidato à Presidência da República, apresentou como ponto de destaque para sua campanha o combate ao “kit gay” – exposto como comprovação do significante o livro *Aparelho Sexual e Cia*, o mesmo relacionado à Revista Nova Escola dois

anos antes. Frente à afirmação, inúmeros canais de comunicação denunciaram tratar-se de *fake news*<sup>15</sup>.

Logo em seguida, porém, em um vídeo publicado por muitas páginas de apoio a Bolsonaro, o candidato aponta que o livro havia, sim, chegado a grande parte das bibliotecas e escolas de Ensino Fundamental de todo Brasil. O parlamentar alude à matéria do jornal O Globo, na qual se aponta a ausência do livro na extinta cartilha do Escola sem Homofobia: "O Globo, ao dizer que não fez parte do Kit Gay... Pelo menos o Globo já concorda que houve o tal do Kit Gay, com outro nome, 'Escola sem Homofobia'"<sup>16</sup>.

Em tal enunciação, Bolsonaro parece não se importar que o elo entre o livro que levava à fatídica entrevista ao Jornal Nacional fosse desfeito pelo periódico, à medida que abundavam conexões disponíveis para validar – e performar assim uma veracidade – para um de seus principais elementos de campanha. Por essa via, retoma-se a associação entre "kit gay" e Escola sem Homofobia, mesmo que isso contradiga a sua afirmação prévia. A contradição, aqui, nem mesmo é apontada como uma falha na campanha, já que sequer indica a falta de veracidade para o objeto. Afinal de contas, não faltavam elos conectivos para que fosse efetuado como tal. Bolsonaro, assim, não recusa a *verdade* do "kit gay", mas, pelo contrário, implica-se amplamente na sustentação de uma veridicção para tal significante.

Acerca de tal eixo da polêmica, um vídeo no *Youtube* fornece interessantes elementos para nossa análise acerca dos limites na mobilização política de critérios rígidos para as definições de verdade ou mentira. Trata-se do material "Veja o Kit Gay que o JN impediu Bolsonaro de mostrar! Bolsonaro não mentiu e

---

<sup>15</sup> *Link* para publicações: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>;  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207\\_054097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html)

<sup>16</sup> *Link* para publicação: <https://www.facebook.com/watch/?v=1847830375307146>

tinha razão!", divulgado pelo canal de Rogério Betin<sup>17</sup> – um portal midiático de matiz conservador. Trata-se de uma filmagem do autor narrando suas opiniões acerca dos recentes acontecimentos políticos, intercalada por cenas da própria entrevista e fragmentos de notícias acerca da temática. Ao longo do vídeo, o *youtuber* pede aos espectadores que se engajem no ímpeto de verificação das afirmativas de Bolsonaro:

Comentem aqui no vídeo, por favor, se alguém aí de vocês se lembra de ter visto esse livro nas escolas (...). Comenta aqui porque é importante, porque está a mídia toda dizendo que o Bolsonaro mentiu (...) Isso é importante para ajudar o Bolsonaro, eu acho que ele não mentiu não, porque ele sabe do que está falando.

Na caixa de comentários, destacam-se as manifestações que dialogam diretamente com o vídeo, em resposta aos pedidos de verificação realizados pelo narrador: "Tenho uma amiga que recebeu esse livro e o pai dela fez um processo" (sic), "Na minha escola não chegou todos mas eu vi", "Na minha casa tem esse livro". Dentre essas, há uma postagem fixada por Betin, na qual consta a seguinte frase: "Na minha escola ainda tem alguns poucos livros desse tipo" (sic). A declaração possui mais de três mil curtidas e de duzentos e noventa respostas, como, por exemplo: "pega e bate foto dele, com ele na mão dentro da escola!! já é mais 1 prova" (sic); "Grava um video não precisa de identificar, mostrando o livro, data e tal... seria ótimo" (sic) e "vai lá, tira fotos, documenta isso pq logo eles tiram para dizer que é mentira a existência deles" (sic).

A comprovação do conteúdo nunca é apresentada nos comentários, tampouco se encontra no canal do *youtuber* algum vídeo que afirma tal evidência. No entanto, o diálogo entre a narrativa e as respostas aponta para uma lógica de verificação acerca da controvérsia, que corrobora para a certeza dos fatos mencionados pelo autor. Os pedidos de Betin por provas já assumem um ímpeto

---

<sup>17</sup> *Link* para publicação: <https://www.youtube.com/watch?v=kJB53Mw1CIk>

de confirmação, ou seja, de provar que Jair Bolsonaro não estava mentindo em relação ao "kit gay", bem como está explícito no título da postagem. Tal verificação com viés confirmatório encontra respaldo nas manifestações de retorno, que afirmam a veracidade do material.

Nesse sentido, é notável que a resposta escolhida pelo *youtuber* para receber destaque entre as outras, figurando como primeira manifestação a ser lida na caixa de comentários, exhibe a mesma lógica de verificação e comprovação, mas não se refere, textualmente, ao livro mencionado por Bolsonaro no Jornal Nacional. Trata-se, sim, de "livros desse tipo", deslocando o problema do material especificado na entrevista – *Aparelho Sexual e Cia* – para um "tipo" de conteúdo, que figura tanto nesse livro como em outros. Assim, nota-se a constante performance da verdade para o "kit gay" no campo virtual: o movimento que parte do caso particular em direção a uma gama mais ampla e generalista de conteúdos. De "um livro", para "um tipo de livro".

Por essa via, é interessante contrapor a lógica da verificação com viés confirmatório à estratégia retórica de contestar a factualidade do "kit gay". Assim, os atores empenhados em contestar o pânico moral em torno do "kit gay" centralizam-se em objetos específicos, como o livro *Aparelho Sexual e Cia* ou o programa Escola sem Homofobia, afirmando que o livro não compunha os materiais previstos nos cadernos Escola sem Homofobia, ou mesmo criticando a suposta ameaça "homossexualizadora" presente no programa governamental. Já aqueles que afirmam a verdade do kit excedem qualquer especificidade, de modo que as referências não se centralizam em apenas um objeto. Dessa forma, "kit gay" pode vir a ser qualquer coisa que aborda gênero e sexualidade nas escolas, a partir da qual se realiza um arranjo coordenado com os materiais de referência. Nosso argumento é que, por essa razão, denunciá-lo como mentira não altera seu estatuto de realidade, já que o caráter factual não reside em qualquer cartilha somente, mas sim no próprio movimento de coordenação.

## COORDENAÇÃO

A ideia de coordenação é inspirada na praxiografia de Mol (2002, 2007), que, a partir do trabalho etnográfico em um hospital, propõe a noção de “ontologias múltiplas” – ou seja, a recusa de um ideal unificador e totalizante para a realidade, que encontraria o caráter mais “verdadeiro” de um objeto no seu suposto interior irreduzível. Como apontado, a própria realidade se constitui de forma múltipla, através de práticas articuladas em sua performance contingente. Se pensarmos em uma doença, por exemplo, notamos que as técnicas acionadas para o diagnóstico no campo clínico, laboratorial ou estatístico são diferentes e, por vezes, até mesmo incompatíveis – o que indica que falamos de “muitas doenças” conjugadas pelo mesmo nome, ao invés de uma só. No entanto, como se dá essa conjugação?

Se assumirmos que cada técnica faz uma doença específica, poderíamos concluir que há uma incomensurabilidade pressuposta na formulação – mas sabemos que um diagnóstico, mesmo performado através de técnicas distintas, pode ser compartilhado entre diferentes setores e especialidades médicas, adquirindo um caráter de unificação, pelo qual sua própria condição múltipla parece desaparecer. É esse o processo nomeado pela autora como “coordenação”, tratando-se do estabelecimento de conexões parciais entre as ontologias múltiplas que, ao final, aglutinam-se na composição de um “mesmo” objeto.

Dessa forma, tentamos expandir tais formulações para situações referentes a outros campos de pesquisa, enfocando a esfera dos assuntos políticos, que, cada vez mais, apresenta-se conectada em redes de comunicação *online*. Assim, podemos compreender a controvérsia de modo mais amplo, sem rejeitar sua complexidade em vias de reduzi-la simplesmente a uma verdade, mentira ou espécime da “pós-verdade”. Se a realidade de um objeto é performada através das práticas que, efetivamente, o *fazem*, o “kit gay” parece indicar dois campos de performance incomensuravelmente distintos, mas que, conectados por um

nome comum, acabam informando a suposta unificação para o mesmo significante.

Quando a crítica responde à densa rede conectiva que afirma a veracidade do "kit gay", contestando que o projeto a que ele se refere nunca chegara às escolas brasileiras, temos acesso a uma composição ontológica específica do significante. Aqui, a referência ao Escola sem Homofobia é tomada de forma direta e linear, sustentando-se como núcleo central da realidade do "kit gay". O argumento é simples: "se um não foi efetivado, o outro só pode se tratar de uma mentira". Porém, no outro lado do embate, vemos que também opera uma coordenação - desta vez mais eficaz, pela qual, nas redes em que o objeto é disputado e afirmado como verdade, inúmeros elementos de ordens e temporalidades distintas se conectam, efetivando a unidade (e, portanto, a veracidade) do "mesmo" "kit gay". Assim, as referências ao Escola sem Homofobia são excedidas, mas nunca abandonadas, de modo a construir uma rede densa de realidades sustentada pelo medo do "eterno retorno possível" do projeto abandonado, tal qual propõe Bolsonaro com a metáfora do armário.

Se suspeitávamos que o caráter verdadeiro do "kit gay" era delineado na via de uma coordenação, essa parece se efetivar em um repúdio público e constante às ameaças informadas por aqueles cadernos e vídeos de 2011 que, mesmo tendo sua distribuição suspensa, seguem operando como o perigo *contra o qual* inúmeros atores da política se engajam e se estabilizam. Um legítimo pânico moral. Para entender a veracidade de querelas públicas como o "kit gay", devemos atentar a esse movimento de universalização e articulação, reconhecimento a complexidade dos arranjos políticos acionados como verdade - ao invés de simplesmente rejeitar essa categoria, na ilusão de que um ideal estabilizado e puro para verdade tenha, *a priori*, maior força política, retórica e mobilizatória.

Não queremos propor, com isso, simplesmente uma recusa das categorias “verdade” e “mentira” como balizadoras de avaliações críticas sobre a política. Não é do nosso interesse assumir a lógica de que não existiriam mentiras, ou relativizar a diferença entre essas e a verdade. É possível, sim, identificar mentiras na política, inclusive em momentos constitutivos do próprio “kit gay”. No entanto, apenas a mentira não contempla sua ampla dimensão e rápido movimento, posto que, como apontado, o caráter aglutinador e mobilizatório se efetiva por meio de redes densas em um processo coordenado. Nesse sentido, é interessante retomar um nódulo específico da polêmica, amplamente divulgado nos meios críticos como comprovação de sua inveracidade. Durante a campanha eleitoral de 2018, circulou uma notícia falsa que atrelava ao significante “kit gay” o suposto fato de que Fernando Haddad, então rival de Bolsonaro, teria distribuído, enquanto prefeito de São Paulo, mamadeiras eróticas em escolas do município<sup>18</sup>. O nível caricato que assume tal narrativa é ainda hoje anunciado reiteradamente como comprovação da falsidade da controvérsia.

No entanto, é interessante notar que tal objeto – a famigerada “mamadeira de piroca” – pouco apareceu no mapeamento aqui efetuado quando circunscrito às redes performativas que afirmavam a veracidade do “kit gay”. De fato, não é surpresa que elementos como esse – que apontam talvez a imagem mais caricata do “kit gay” – se restrinjam ao campo de contestação à factualidade da controvérsia. O caráter jocoso a que tal objeto é atrelado o impede de criar redes densas de sustentação, da mesma forma que não apresenta qualquer capacidade conectiva a outros elementos que lhe forneceriam estabilidade e veracidade.

Podemos afirmar tal objeto como mentira, dado que, frente a ele, a verdade operativa *não opera* – não há redes a perseguir, não há práticas articulatórias ou

---

<sup>18</sup> Link para publicação: <http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-pt-de-haddad-distribuiu-mamadeira-eroticas-escolas.html>

movimento de coordenação. É algo que não se sustenta no campo da verdade. Portanto, supomos que o questionamento “é verdade ou mentira a mamadeira de piroca?” não leva em consideração o processo de fácil descarte do campo constitutivo da controvérsia para elementos que não se sustentam como verdade. A pergunta que devemos fazer é: por que, mesmo sendo mentira, a inexistência da mamadeira não altera a veracidade do “kit gay”? Ou, em um vocabulário mais apreensível aos ECT: por que, mesmo sem se conectar a atores que lhe forneceriam graus de factualidade, tal elemento pouco afeta as redes e a força mobilizatória do “kit gay”?

Em todos os materiais que encontramos, a mamadeira erótica é afirmada apenas como falsidade e mentira. No entanto, se a mesma facilmente se ausenta do campo performativo do “kit gay”, o mesmo não ocorre com elementos que conseguem se conectar em rede, adquirindo um respaldo factual, tais quais os cadernos Escola sem Homofobia, os vídeos, a revista Nova Escola, entre tantos outros. É apenas nesse complexo engajamento – cuja força motriz remete aos perigos da homossexualidade e da diversidade, principalmente no campo da infância – que podemos entender sua inegável consolidação no campo da política.

Por essa via, não queremos simplesmente rejeitar as avaliações contrapostas ao “kit gay” sustentadas na negação de sua veracidade. É importante haver questionamentos sobre o que é verdadeiro e falso nos discursos sobre o “kit gay”, como a crítica vem operacionalizando desde a emergência desse significante. Contudo, reiteramos ser importante, também, refletir sobre outros sentidos acerca do que é, ou o que pode ser, verdade e mentira em controvérsias políticas. Assim, nos interessa menos aqui refletir sobre a mentira como um dispositivo político, e sim como elementos facilmente reconhecíveis no campo da realidade são coordenados na ação contrária a um inimigo comum, e como isso, muitas vezes, é deixado de lado em discursos críticos e de oposição.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo, tentamos fornecer outro enquadre crítico para a controvérsia do "kit gay", recusando, de antemão, o entendimento usual de que esse significativo indicaria apenas uma mentira ou um falseamento da realidade. Buscamos, pelo contrário, adentrar as redes conectivas dessa polêmica, a fim de entender como, a partir de que engajamentos, sua verdade é performada e disputada no campo da política. Tal movimento nos permitiu elaborar críticas a um termo que se tornou "lugar-comum" na análise política recente, sobretudo acerca de situações onde a verdade de um objeto é disputada por diferentes atores. O uso indiscriminado da ideia de "pós-verdade", segundo nossa avaliação, acaba por neutralizar o caráter conflitivo da verdade, assentando-se em ideais transcendentalistas que afirmam tal categoria em um plano pré-cultural e pré-discursivo, no qual estaria impossibilitada a contestação política. Como a própria nomenclatura aponta, a verdade da "pós-verdade" dá indícios de já aparecer superada sob o uso do prefixo "pós".

Por essa razão, contrapomos a "pós-verdade", enunciada como um lamento pela perda da verdade, à verdade operativa e à multiplicidade ontológica, embasadas nos ECT, que, pelo contrário, buscam retomar uma mobilização possível para esta categoria em disputa. É por esse motivo que recusamos um entendimento prévio do "kit gay" como mentira ou falseamento, visto que nosso interesse se coloca justamente nos modos como ele assume um caráter de veridicção a partir das redes e articulações que o compõem. Nesse sentido, o processo de coordenação é fundamental para compreender seu êxito político e mobilizatório, à medida que nos permite acompanhar como a crítica à veracidade do "kit gay" se torna, ela própria, uma parte constituinte do objeto que afirma não existir.

O motor de tal incorporação reside no pânico moral que circula a cena pública brasileira pelo menos desde a polêmica inicial sobre os cadernos Escola sem Homofobia, mas que se estende para além dessa temporalidade em vias de

associar o termo "kit gay" a uma ampla gama de situações e contextos distintos, que compartilham do mesmo caráter ameaçador: o pânico da homossexualidade e da diversidade sexual e de gênero em termos amplos, associadas a demandas generalistas simplificadas sob o nome "esquerda". Esse movimento não se encerra no "kit gay", podendo, inclusive, operar na ausência desse significante, como, por exemplo, nas manifestações acerca do suposto perigo globalista da "ideologia de gênero" – proferidas reiteradamente por representantes ministeriais do governo Bolsonaro.

Por essa razão, é importante afirmar que o êxito político e mobilizatório do "kit gay" não se dá, simplesmente, por uma recusa dos critérios normativos para o entendimento da verdade ou da realidade – como afirmaram exaustivamente seus críticos ao longo dos últimos anos. Estamos, sim, falando do pânico gerado pela homossexualidade, sobretudo quando articulado à infância. Cabe aqui retomar a crítica de Lee Edelman (2004, 2021), dirigida não apenas à direita conservadora, mas também à esquerda liberal norte-americana: ambas sustentariam uma idealização da criança como o futuro da nação – projetando, em um horizonte póster, a reprodução heterossexual. Por essa razão, a preocupação com a infância passa a demandar constante proteção e defesa, garantindo a salvaguarda hegemônica da heterossexualidade compulsória. É isso que está em jogo nos debates sobre o "kit gay".

Por fim, gostaríamos de contextualizar esta investigação no campo acadêmico que vem se desenvolvendo pela análise e crítica das "ofensivas antigênero": movimentos transnacionais que, a partir do sintagma "ideologia de gênero", se coordenam no repúdio ou captura de temáticas relativas à diversidade sexual e de gênero no interior dos estados (Butler, 2019; Junqueira, 2018; Prado & Corrêa, 2018). Conforme aponta Sonia Corrêa (2018), as origens de tais mobilizações antecedem até mesmo a criação do sintagma "ideologia de gênero", remetendo a investidas antifeministas promovidas pela Igreja Católica, em meados dos anos 1990. Desde então, elas se estendem por contornos mais amplos e difusos,

sobretudo na articulação entre partidos, canais de telecomunicação e igrejas neopentecostais, como podemos acompanhar no caso brasileiro. O "kit gay", nesse sentido, pode ser tomado como um núcleo específico e contingente desse contexto mais amplo, dizendo respeito às especificidades da política brasileira da última década. É um objeto privilegiado para o entendimento das ofensivas antigênero no Brasil, embora esteja longe de ser o único; sendo, inclusive, a sua manipulação em uma rede complexa de outros objetos o que lhe confere estabilidade, conforme buscamos explicitar ao longo do artigo.

A disseminação de tais investidas não é uma história recente na vida pública do país. Se nos restringirmos apenas ao alcance do mapeamento aqui efetuado (que não totaliza o histórico da ofensiva no Brasil), podemos contemplar ao menos uma década de mobilizações políticas contrárias aos direitos LGBT. No entanto, o pleito presidencial de 2018 e o sucessivo governo eleito demonstram uma nova etapa dessa investida, no qual sua representação institucional amplia-se do plano Legislativo ao Executivo, englobando também o Ministério Público e o Poder Judiciário. Assim, as ramificações antigênero passam a atuar efetivamente através da ação de representantes ministeriais e elaboração de políticas públicas. Podemos tomar como espécimes desse movimento o pedido do Presidente da República ao MEC para que elabore um projeto contrário à "ideologia de gênero" em escolas brasileiras<sup>19</sup>, bem como a diretriz do chanceler Ernesto Araújo em contrapor-se ao uso da palavra "gênero" em documentos oficiais<sup>20</sup>.

Ainda, no Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, a representante Damares Alves fez seu discurso de posse afirmando que "o estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã". Em um vídeo que circulou no campo virtual

---

<sup>19</sup> *Link* para publicação: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/09/03/interna\\_politica,780561/bolsonaro-diz-que-vai-proibir-ideologia-de-genero-nas-escolas.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/09/03/interna_politica,780561/bolsonaro-diz-que-vai-proibir-ideologia-de-genero-nas-escolas.shtml)

<sup>20</sup> *Link* para publicação: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/29/politica-externa-se-alinhou-com-bolsonaro-e-genero-se-refere-a-homem-ou-mulher-diz-araujo.ghtml>

um dia após sua cerimônia de posse, Alves afirmou que o Brasil entraria em uma nova era, "onde menino veste azul e menina veste rosa"<sup>21</sup>. Já no seu primeiro ano de mandato, participou de um endosso público à possibilidade de terapias para "curar" homossexuais<sup>22</sup>. A ministra, no entanto, declara-se reiteradamente como defensora da população LGBT<sup>23</sup>, afirmando a necessidade de políticas públicas e proteção estatal para mitigar a opressão sofrida por esse segmento vulnerabilizado da população. Esse movimento paradoxal, de aparente contradição, além de atualizar as disputas vigentes em torno da verdade, expõe também a necessidade de continuarmos investigando as ramificações e atualizações da ofensiva, neste momento histórico que já supera a controvérsia do "kit gay", mas que necessitou de seu longo movimento de coordenação para sustentar-se como tal.

Assim, consideramos que essa reflexão apresenta relevância política não apenas para o entendimento da forma como o "kit gay" assume o estatuto de verdade, mas também para a elaboração de estratégias para disputar essa veracidade, sem tangenciar o debate. Não buscando "desvelar" as mentiras por trás daquilo que muitos acreditam, mas sim expondo a partir de que modos, que encontros, que práticas essa articulação coordenada se torna possível. Essa é também uma postura epistemológica e empírica proposta por Junqueira (2019, p. 172) no entendimento da "ideologia de gênero". Em sua formulação, oferece uma crítica ao modo reativo de resposta a tal investimento político, que afirmaria, simplesmente, a inexistência do fenômeno. Para o autor, valeria a pena considerar que a "ideologia de gênero" existe – não como um projeto de imposição da homossexualidade a crianças, mas sim como "um slogan, uma categoria política forjada para operar como arma retórica e para animar

---

<sup>21</sup> *Link* para publicação: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

<sup>22</sup> *Link* para publicação: <https://apublica.org/2019/08/apoiado-por-damares-movimento-de-ex-gays-disputa-conselho-de-psicologia/>

<sup>23</sup> *Link* para publicação: <https://epoca.globo.com/brasil/damares-alves-tem-mulher-mais-empoderada-no-brasil-do-que-eu-24145477>

mobilizações em favor de um projeto de poder regressivo, antidemocrático e antilaico”, elaborado no interior do Vaticano.

Com um raciocínio similar, também propomos que o “kit gay” dispõe de uma existência. Não como um material de ensino ou imposição da diversidade sexual e de gênero nas escolas, mas sim como um dispositivo que coordena o pânico da diversidade, assumindo força mobilizatória através de suas amplas ramificações, a partir das quais adquire graus de veridicção. Esperamos que este trabalho auxilie em avaliações e críticas futuras acerca dessa nova etapa das ofensivas antigênero, que exige esforços teóricos e metodológicos mais complexos que a simplificação da política aos ideais estabilizados de verdade ou mentira.

## REFERÊNCIAS

- Alves, Lorena (2018). Fake News: contra-ataque à pós-verdade. *Anais do Encontro Internacional de Arte e Tecnologia*, Goiânia, GO, Brasil, 17º.
- Baggini, Julian (2017). *A short history of truth: consolations for a post-truth world*. Londres: Quercus.
- Blatt, Roberto (2018). *Historia reciente de la verdad*. Madrid: Turner Minor.
- Butler, Judith (2019) Anti-gender ideology and Mahmood's critique of the secular age. *Journal of the American Academy of Religion*, 87(4), 955-967.
- Carreira, Denise (2015). *Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Corrêa, Sônia (2018). A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 50, 1-16.

Edelman, Lee (2004). *No future: queer theory and the death drive*. Durham: Duke University Press.

Edelman, Lee (2021). O futuro é coisa de criança: teoria queer, desidentificação e a pulsão de morte. *Revista Periódicus*, 2(14), 248–275.

Jornalistas Livres (2018). *A eleição da pós-verdade e o longo 21 de outubro*. Recuperado em 02 fevereiro, 2021 de: <https://jornalistaslivres.org/a-eleicao-da-pos-verdade-e-o-longo-28-de-outubro/>

Junqueira, Rogério (2019). A "ideologia de gênero" existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In Fernando Cássio (Ed.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. 167-174). São Paulo: Boitempo.

Junqueira, Rogério (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449–502.

Kakutani, Michiko (2018). *A morte da verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Latour, Bruno (2016). *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34.

Latour, Bruno (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EDUFBA.

Maracci, João G. (2019). *Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do Kit Gay*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Miskolci, Richard & Campana, Maximiliano (2017): "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748.

Mol, Annemarie (2007). Política ontológica: Algumas ideias e várias perguntas. In João Arriscado (Org.). *Objectos impuros: Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Afrontamento.

Mol, Annemarie (2002). *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press.

Oliveira Júnior, Isaías & Maio, Eliane (2017). "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais": o discurso inaugural no "desagendamento" do Kit Gay do MEC. *E-Curriculum*, 15(1), 125-152.

Oliveira Júnior, Isaías & Maio, Eliane. (2015). Diversidade sexual e homofobia: a cultura do "desagendamento" nas políticas educacionais. *Práxis Educativa*, 10, 33-52.

Oxford English Dictionary (2016). *Word of the year 2016 is...*  
<https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>

Prado, Marco A. & Corrêa, Sônia. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 444-448.

Rosado-Nunes, Maria J.(2015). A "ideologia de gênero" na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, 13(19) 1237-1260.

Venturini, Tommaso (2010). Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258-273.

## **"KIT GAY" E OS PROBLEMAS DA "PÓS-VERDADE": PERSEGUINDO RESPOSTAS CRÍTICAS**

### **Resumo**

O artigo aborda a polêmica do "kit gay" a partir de um mapeamento de controvérsias realizado em publicações virtuais entre os anos de 2011 e 2018. Tem como foco a resposta crítica que tal significante recebeu em disputas políticas, nas quais foi referido como um rótulo estigmatizante do programa Escola sem Homofobia, em um movimento frequentemente associado a falácias, mentiras ou à chamada "pós-verdade". Argumentamos que tal estratégia reduz a complexidade da controvérsia, baseando-se em um ideal estabilizado para a verdade, que já aparece superada pelo uso do prefixo "pós". Desse modo, com base nos Estudos da Ciência e Tecnologia, propomos uma outra abordagem para o "kit gay", não o considerando, previamente, uma mentira, mas sim perseguindo a rede performativa através da qual ele adquire graus de veridicção na esfera pública brasileira, efetivando-se como fato da política, em um movimento que chamamos coordenação, processo pelo qual múltiplos elementos são articulados na composição contingente da realidade.

### **Palavras-chave**

Kit Gay. Pós-Verdade. Gênero. Política. Tecnologia.



## **"KIT GAY" Y LOS PROBLEMAS DE LA "POSVERDAD": PERSIGUIENDO RESPUESTAS CRÍTICAS**

### **Resumen**

El artículo aborda la polémica del "kit gay" a través de un mapeo de controversias llevado a cabo en publicaciones virtuales entre los años de 2011 y 2018. Se centra en la respuesta crítica que este significativo recibió en disputas políticas, en las cuales fue referido como una etiqueta estigmatizante del programa "Escola sem Homofobia" (Escuela sin Homofobia), en un movimiento frecuentemente asociado a falacias, mentiras o la llamada "posverdad". Argumentamos que dicha estrategia reduce la complejidad de la controversia, basada en un ideal estabilizado para la verdad, que ya aparece superada por el uso del prefijo "pos". Así, con base en los Estudios de la Ciencia y Tecnología, proponemos una otra abordaje para el "kit gay", sin considerarlo una mentira de antemano, sino más bien persiguiendo la red performativa por la cual adquiere grados de veridicción en la esfera pública brasileña, consolidándose como un hecho de la política, en un movimiento que llamamos coordinación, proceso por el cual se articulan múltiples elementos en la composición contingente de la realidad.

### **Palabras clave**

Kit Gay. Posverdad. Género. Política. Tecnología.

## **"GAY KIT" AND THE PROBLEMS OF "POST-TRUTH": PURSUING CRITICAL RESPONSES**

### **Abstract**

This article approaches the "gay kit" quarrel by a controversy mapping carried out in online publications between the years 2011 and 2018. It focuses on the critical responses that this signifier received in political disputes, in which it was referred as a stigmatizing label to the governmental project "Escola sem Homofobia" (Schools without Homofobia), in a movement often associated with fallacies, lies or the so-called "post-truth". We argue that this strategy reduces the complexity of the controversy, based on a stabilized ideal of truth, which has already been overcome by the usage of the prefix "post". In this way, based on the Science and Technology Studies, we propose another approach to "gay kit", not considering it previously as a lie, but rather following the performative network in which it acquires grades of veridiction in Brazilian public sphere, becoming effectively a political fact by a movement that we call coordination, process by which multiple elements are articulated in the contingent composition of reality.

### **Keywords**

Gay Kit. Post-Truth. Gender. Politics. Technology.

## CONTRIBUIÇÃO

### João Gabriel Maracci

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (principal), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

### Paula Sandrine Machado

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (secundária), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (secundária), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

## CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## AGRADECIMENTOS

Es autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado concedida entre os anos de 2017 e 2019, que viabilizou a realização do estudo a partir do qual os dados desta contribuição foram obtidos.

## COMO CITAR

Maracci, João G. & Machado, Paula S. (2022). "Kit gay" e os problemas da "pós-verdade": perseguindo respostas críticas. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(26), 848-883.